

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

André Nogueira de Aquino

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:
UM INSTRUMENTO DE APOIO ÀS ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS
EMPRESAS**

Brasília, DF
2013

ANDRÉ NOGUEIRA DE AQUINO

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:
UM INSTRUMENTO DE APOIO ÀS ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Finanças de empresas

Brasília, DF
2013

AQUINO, André Nogueira de

Demonstração do Valor Adicionado: Um Instrumento de apoio às análises da participação social das empresas / André Nogueira de Aquino -- Brasília, 2013.

Quant. p.

Orientador(a): Prof. Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2013.

Bibliografia.

1. Demonstração do Valor Adicionado 2. Balanço Social 3. Valor Adicionado I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

ANDRÉ NOGUEIRA DE AQUINO

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:
UM INSTRUMENTO DE APOIO ÀS ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof.^a Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof.^a Mestre Maria Celeste Baptista de Mello - PROMOVE Faculdades Integradas
Examinador - Instituição

Brasília (DF), 11 de julho de 2013.

À minha família pelo exemplo de perseverança e de companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para terminar o trabalho.

Ao meus pais, Raimundo e Maria pela dedicação à família e pelo exemplo de vida.

Aos meus irmãos, Moacir, Claudionor e Valdeci, pelo companheirismo de todos os dias.

Às minhas irmãs, Lúcia e Aparecida, pelo exemplo de perseverança.

Aos amigos e familiares, pelas palavras e pelos gestos de incentivos.

À minha orientadora, Prof.^a Fernanda Fernandes, pelos “puxões de orelha” dados nas horas certas.

“Tudo tem seu tempo.”

Raimundo Antônio de Aquino

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:
UM INSTRUMENTO DE APOIO ÀS ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS
EMPRESAS

RESUMO

O Balanço Social é um dos principais instrumentos utilizados para aferir, de maneira adequada, os resultados da empresa na área socioeconômica. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), componente importantíssimo do Balanço Social, é um instrumento contábil que deve evidenciar as informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas aos diversos elementos que contribuíram para sua geração. No Brasil, a elaboração da DVA passou a ser obrigatória a partir de 2008 para as companhias abertas, com a edição da Lei 11.638/2007, a qual atualizou a Lei 6404/76. Este trabalho tem por objetivo avaliar o poder de aferição da DVA, no que tange a informações sobre a geração e distribuição da riqueza gerada pelas empresas. Foi utilizado método não probabilístico para a busca das DVA's de 82 entidades listadas no *site* da CVM que, obrigatoriamente, apresentaram situação de registro concedido anterior a 31 de dezembro de 2007, de modo que todas as empresas tivessem publicado suas respectivas DVA's referentes aos exercícios de 2008 a 2012. Constatou-se que as informações obtidas através da análise da DVA quanto ao aspecto social desempenhado pelas empresas, no que tange à distribuição da riqueza gerada por elas, são extremamente importantes e que este trabalho alcançou os objetivos propostos, evidenciando a capacidade informacional da DVA, apontando a relevância social das informações contidas na mesma.

Palavras-chaves: 1. Demonstração do Valor Adicionado 2. Balanço Social 3. Valor Adicionado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Balanço social.....	11
2.2 Demonstração do Valor Adicionado.....	12
2.3 Definição de valor adicionado.....	13
2.4 Histórico.....	14
2.5 Vantagens X limitações da informações contidas na DVA.....	15
3 PROCEDER METODOLÓGICO.....	17
4 RESULTADOS E ANÁLISE.....	19
4.1 Composição da Amostra.....	19
4.2 Valor Adicionado Total a Distribuir Negativo.....	20
4.3 Valor Adicionado Distribuído com Valor Zero e/ou Negativo.....	20
4.4 Máximos e mínimos da Distribuição do Valor Adicionado.....	21
4.5 Distribuição do valor adicionado.....	23
4.6 Análise Horizontal por Categoria de Atividades.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um instrumento contábil que deve evidenciar as informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas aos diversos elementos que contribuíram para sua geração, tais como governo, empregados, investidores (sócios e acionistas), proprietários, financiadores externos (WELTER; OBERGER; VANZELLA, 2005).

No Brasil, a elaboração da DVA passou a ser obrigatória a partir de 2008 para as companhias abertas. Tal obrigatoriedade deu-se em função da edição da Lei 11.638/2007, a qual atualizou a Lei 6404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. No entanto, mesmo antes de 2008, quando até então ainda não era obrigatória a sua elaboração, pesquisas realizadas por Ponte e Oliveira (2004) e Ponte et al (2007) apontaram que uma quantidade significativa de entidades já a elaboravam e a publicavam espontaneamente.

Dentre as pesquisas realizadas acerca da DVA, destaca-se a elaborada por Cunha, Ribeiro e Santos (2005), em que, através de uma abordagem empírico-analítica, avaliou o poder de aferição da DVA, no que concerne a informações sobre a formação de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la, como proprietários, sócios e acionistas, governo, financiadores externos e empregados. Na ocasião, a pesquisa foi realizada junto a 416 empresas, retiradas do cadastro mantido pela FIPECAFI para a edição anual de Melhores e Maiores da Revista EXAME.

Diante disto, este trabalho tem por objetivo avaliar, também por meio de uma abordagem empírico-analítica, o poder de aferição da DVA, no que tange a informações sobre a geração e distribuição da riqueza gerada pelas empresas.

É de se ressaltar, no entanto, que o foco deste trabalho é mais restrito que o da pesquisa realizada por Cunha, Ribeiro e Santos (2005). Além disso, a fonte de obtenção das DVA's das entidades que compõem a amostra desta monografia é o *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), diferente da base de dados utilizada pelos supracitados autores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Balanço Social

Santos (2007) apontou a importância da contabilidade para as relações sociais. De acordo com o autor, a contabilidade passou a ter relevância em todo o cenário econômico, deixando de ser um mero instrumento utilizado apenas no cálculo e identificação dos valores que servem como base para recolhimento de tributos, análise para concessão de crédito ou pagamento de dividendos, e com isso passa a ocupar espaço bastante relevante nas relações sociais.

De Luca et al (2009) afirmaram que o Balanço Social é um dos principais instrumentos utilizados para aferir, de maneira adequada, os resultados da empresa na área socioeconômica, pois ele possibilita avaliar e divulgar os fatos sociais, tanto no seu interior (empresa e empregados), quanto no seu meio ambiente (empresa e sociedade).

De acordo com Cunha, Ribeiro e Santos (2005), Balanço Social é o instrumental que a contabilidade coloca à disposição da sociedade, pois, num mesmo documento, evidencia tanto os aspectos econômicos quanto sociais, inovando, com isso, o enfoque usado até agora, em que, segundo os autores, a preocupação era basicamente com o capital.

Segundo Santos et al (1998 apud SANTOS, 2007, p. 25), o balanço social é definido como

um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da sociedade como um todo. Será um poderoso referencial de informações nas definições de políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

De Luca et al (2009) afirmam que o Balanço Social é estudado em quatro vertentes, quais sejam: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado, e Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral. Deste modo, a abordagem sobre recursos humanos trata sobre informações acerca dos funcionários da entidade, de modo que seja possível disponibilizar informações que facilite e/ou melhore o gerenciamento das atividades humanas e sociais desempenhadas pela empresa. A vertente relacionada ao balanço ambiental relaciona-se com os projetos desenvolvidos pela empresa que visem à proteção e à preservação do meio ambiente. A abordagem que trata dos benefícios e contribuições à

sociedade faz referência aos projetos sociais desenvolvidos pelas empresas junto à sociedade que a cerca, decorrente da esperada interação harmoniosa entre a empresa e o meio social. A Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração contábil que visa contemplar informações econômicas relacionadas à geração de riqueza pela empresa e a sua distribuição entre os diversos entes que contribuíram para sua geração.

Faz-se necessário salientar a advertência mencionada por Cunha (2002). Segundo a autora, a DVA é uma das peças formadoras do Balanço Social. No entanto, observa-se que em muitos casos o que se vê é sua apresentação dissociada dele e em conjunto com outras Demonstrações Contábeis usuais, ou ainda, como o próprio Balanço Social.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

De Luca et al (2009, p. 22), ao traçar uma definição para a Demonstração do Valor Adicionado, afirmaram que “a DVA compreende todo um conjunto de informações de natureza econômica, que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e sua distribuição com os elementos que contribuíram para sua geração”.

De acordo com Almeida et al (2009), a DVA se constitui em um importante instrumento de gerenciamento e planejamento. Além disso, constitui-se também em instrumento de controle social, tendo em vista que sua apresentação revela dados significativos quanto à atividade das entidades e seus consequentes impactos na sociedade.

Segundo Santos (2007, p.37) “a DVA, componente importantíssimo do Balanço Social, que deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade”.

Neste mesmo alinhamento de ideias, De Luca et al (2009) apontam uma breve distinção acerca do foco estabelecido pela DVA em relação às demais demonstrações contábeis, em especial à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). De acordo com os autores, normalmente, as demonstrações contábeis tradicionais estão preocupadas em evidenciar para os investidores o lucro da empresa e como ele foi calculado. Exemplificando, afirmaram que a DRE está mais voltada para o proprietário da empresa, que deseja conhecer o valor do seu lucro final, ou seja, é o enfoque do proprietário. E, para ele, os salários, juros e impostos são tratados como despesas, pois na realidade representam reduções de sua parte da riqueza criada, ou seja, do seu lucro. Em contraponto, avaliaram que a DVA vem a

evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza que foi criada pela empresa.

Diferenciando os aspectos informacionais relativos à Demonstração do Resultado do Exercício, Santos (2007) corrobora com os ensinamentos de De Luca et al (2009) de que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é muito mais abrangente, pois não está exclusivamente voltada para a apuração do resultado, porquanto considera outros fatores de produção e aponta suas respectivas remunerações. Assinala ainda que, além da informação relativa à riqueza gerada pela empresa, a forma com que essa riqueza é distribuída através de tributos pagos ao governo, juros e aluguéis destinados a financiadores externos, remunerações pagas aos trabalhadores e lucros e dividendos atribuídos aos proprietários, sócios e acionistas também são componentes dessa demonstração.

2.3 Definição de Valor Adicionado

Ao abordar o conceito de valor adicionado, De Luca et al (2009) afirmam que o valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire em determinado período, e é obtido na contabilidade, pela diferença entre as vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Esse valor será ainda igual à soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades das empresas.

No mesmo entendimento, acerca do conceito de valor adicionado, Santos (2007) assevera que o valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo. Deste modo, segundo o autor, as empresas estarão adicionando valor a um determinado insumo/matéria-prima ao exercerem suas atividades, utilizando-se de bens e serviços que são adquiridos de terceiros, da aplicação de seus capitais, através da utilização de seus equipamentos, e do trabalho de seus empregados.

Ao tratar sobre valor adicionado, Santos (2007) faz a distinção entre os conceitos utilizados sob o ponto de vista das Ciências Econômicas e da Ciência Contábil. Neste sentido, o autor afirma que, restringindo-se especificamente aos aspectos da macroeconomia, o valor adicionado relaciona-se à apuração do produto nacional; e que, do ponto de vista da microeconomia, o valor adicionado de uma empresa é o quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos às despesas de depreciação. Afirma ainda que “do ponto de vista da Ciência Contábil, poder-se-ia afirmar que a medição da apuração da riqueza criada pode ser calculada através da

diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais as depreciações” (SANTOS, 2007, p. 27).

Compartilhando do mesmo entendimento sobre a divergência conceitual de valor adicionado no campo das Ciências Econômicas e das Ciências Contábeis, Siqueira (2007, p.135) aponta que “tal diferença ocorre porque os economistas consideram a criação do valor no ato da produção, enquanto os contadores, baseando-se no princípio da realização da receita, só o consideram criado no ato da venda”.

2.4 Histórico

Segundo Burchel, Clubb e Hopwood (1985 apud MACHADO et al, 2009), o Reino Unido foi o primeiro país a elaborar a DVA, largamente utilizada no período de recuperação econômica do pós-guerra, justamente por evidenciar a participação dos empregados. Dessa forma, foi utilizada como um instrumento para a administração do desempenho econômico de empresas da época.

Cosenza (2003), ao tratar sobre os antecedentes na literatura acerca da DVA, aponta que as primeiras aplicações da informação do valor adicionado tiveram suas origens nos Estados Unidos da América, na década de vinte, quando foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais, embora o conceito de valor adicionado, em sua magnitude macroeconômica, já fosse conhecido há mais de dois séculos.

Segundo Belkaoui (1998 apud CUNHA, 2002, p.46), a DVA surgiu na Europa, há anos, apesar de ser encontrada, na literatura, referência sobre ela no tesouro americano no Século XVIII. Seu desenvolvimento foi impulsionado pela urgência na introdução do imposto sobre valor agregado nos países europeus, e, a partir do final dos anos 70, atingiu uma grande popularidade no Reino Unido, com a publicação do *Corporate Report* pelo *Accounting Standards Steering Committee*, atualmente *Accounting Standards Committee*, em agosto de 1975. De acordo com Cunha (2002, p. 46), esse relatório recomendava, dentre outras coisas, a elaboração da DVA, para evidenciar como os benefícios e os esforços de uma empresa são divididos pelos empregados, provedores de capital, Estado e reinvestimentos.

No Brasil, a elaboração da DVA passou a ser obrigatória a partir de 2008 para as companhias abertas. Tal obrigatoriedade deu-se em função da edição da Lei 11.638/2007, a qual atualizou a Lei 6404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. Neste sentido, o Pronunciamento Técnico CPC 09 prevê que a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada em, pelo menos, pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros e

aluguéis, juros sobre o capital próprio (JSCP) e dividendos, e lucros retidos/prejuízos do exercício (CPC, 2008).

No entanto, mesmo antes de 2008, quando até então ainda não era obrigatória a elaboração da DVA, pesquisas realizadas por Ponte e Oliveira (2004) e Ponte et al (2007) apontaram que uma quantidade significativa de entidades já a elaboravam e a publicavam espontaneamente.

Neste sentido, Ponte et al (2007) realizaram uma pesquisa a fim de verificar se as demonstrações contábeis das sociedades anônimas brasileiras referentes ao exercício de 2005 apresentavam um maior nível de evidenciação de informações consideradas de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada quando comparadas com as do ano de 2002. Com este propósito, analisaram as demonstrações contábeis de 95 empresas, referentes ao exercício de 2002, e 119 alusivas ao exercício de 2005. Dessa maneira, os autores verificaram que 27% e 47% das empresas elaboraram a DVA nos anos de 2002 e 2005, respectivamente. Não obstante, os pesquisadores afirmaram que 27 empresas integrantes da amostra de 2002 também fazem parte da amostra de 2005. Observaram que 33% e 52% destas 27 empresas elaboraram a DVA nos anos de 2002 e 2005, respectivamente.

Segundo De Luca et al (2009, p. 41), “confrontando-se a experiência estrangeira e a nacional sobre DVA, e mais recentemente a obrigatoriedade de sua publicação pela sociedades anônimas, vale ressaltar que o país se torna uma referência e se encontra na vanguarda da evidenciação dessa informação socioeconômica”.

2.5 Vantagens X limitações da informações contidas na DVA

Cosenza (2003) afirma que a grande limitação apresentada pela DVA para estudos macroeconômicos é não possibilitar a análise da contribuição individual de cada empresa na formação do PIB, dada a forma como é elaborada no Brasil. O autor afirma ainda que, como a DVA parte da DRE, que por sua vez evidencia somente os custos dos produtos vendidos e não toda a produção ocorrida, o valor correspondente a esta parcela não vendida, mas economicamente incorrida, estará refletido nos estoques, em lugar de estar refletido na DVA, onde seria seu lugar mais correto.

Neste sentido, Cosenza (2003) aponta os principais pontos negativos da DVA, quais sejam: 1) apresenta dificuldades de entendimento por causa de sua não normatização e standardização; 2) pode levar à tomada de decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros; 3) está sujeito à incorporação de distorções provocadas

por sua subjetividade e forma própria de estimativa; 4) pode motivar certa dificuldade na hora de se realizarem análises de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence; 5) necessita de informações contábeis atualizadas e confiáveis e, se possível, auditadas; 6) sua elaboração pode ser demasiadamente trabalhosa em ambientes de grandes incertezas e complexidades monetárias, tributárias e econômicas; 7) é limitada para medir e informar a eficácia alcançada na distribuição social dos lucros gerados.

Faz-se necessário destacar que após a edição da Lei 11.638/2007 e sua respectiva regulamentação pelo CPC 09, parte das limitações e dificuldade apresentadas acima na elaboração da DVA, por empresas obrigadas a elaborar as demonstrações financeiras conforme as normas brasileiras, foram resolvidas ou ao menos diminuídas.

Contrapondo-se aos aspectos relativos aos limites das informações contidas na DVA, Siqueira (2007) aponta que os pontos positivos em sua utilização são bastante conhecidos através da bibliografia. Entre outros aspectos, oferece uma linguagem que atinge diferentes segmentos da sociedade, expressa a lucratividade das operações de forma mais abrangente do que a Demonstração de Resultado do Exercício e oferece uma visão social da atividade empresarial.

Cosenza (2003) aponta seis pontos positivos da Demonstração do Valor Adicionado, quais sejam: 1) permite obter uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social, correspondente às rendas distribuídas; 2) possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades; 3) tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário; 4) reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da companhia, como também a evolução econômica em seu conjunto; 5) fornece dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho; 6) permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seu ambiente econômico ou social.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

A metodologia utilizada é a empírico-analítica, que, segundo Martins (2000 apud CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005, p.8):

[...] são abordagens que apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos. Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm forte preocupação causal entre variáveis. A validação da prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Foi utilizado método não probabilístico para a busca das Demonstrações do Valor Adicionado de entidades listadas no *site* da CVM que, obrigatoriamente, apresentaram situação de registro concedido anterior a 31 de dezembro de 2007, de modo que todas as empresas tivessem publicado suas respectivas DVA's referentes aos exercícios de 2008 a 2012.

A determinação do tamanho da amostra foi realizada conforme ensina Barbetta (2008). Assim, de acordo com o autor, “para a determinação da amostra, o pesquisador precisa especificar o erro amostral tolerável, ou seja, o quanto ele admite errar na avaliação do(s) parâmetro(s) de interesse”. Considerando que este trabalho tem a intenção de apresentar apenas uma aproximação aos resultados de toda a população, foi proposto um erro amostral de 10%.

Fórmula para o tamanho mínimo da amostra, com nível de confiança de aproximadamente 95%:

$$n_0 = 1 / E_0^2$$

Fórmula para corrigir o tamanho da amostra caso a amostra não seja grande:

$$n = N \cdot n_0 / N + n_0$$

Em que:

N: tamanho da população;

n: tamanho da amostra;

n_0 : aproximação para o tamanho da amostra;

E_0 : erro amostral tolerável;

Considerando que a população a ser pesquisada é composta por 459 entidades, as quais estão listadas no site da CVM e que, obrigatoriamente, apresentaram situação de registro concedido anterior a 31 de dezembro de 2007, tem-se:

$$n_0 = 1 / (0,1)^2 = 100$$

$$n = 459 \cdot 100 / 100 + 459 = 82,11$$

Desta forma, foram coletadas as DVA's consolidadas de 82 companhias de capital aberto listadas no site a CVM, perfazendo, assim a composição da amostra.

Cabe destacar, no entanto, que as instituições financeiras bancárias e de seguros, mesmo as listadas no *site* da CVM, não fazem parte da amostra deste trabalho, tendo em vista que a determinação do valor adicionado e o modelo para a elaboração da DVA proposto pelo CPC para estas instituições diferem-se da determinação e do modelo para elaboração da DVA proposto para as entidades mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de serviços, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 09.

Num primeiro momento, as DVA's das respectivas empresas foram trabalhadas todas como um único conjunto e, posteriormente, foram reagrupadas em cinco categorias, de acordo com seus respectivos setores de atuação, seguindo o procedimento realizado por Rodrigues (2012). As cinco categorias são: a) Infraestrutura (petróleo e gás, papel e celulose, construção civil); b) Bens de Capital (metalurgia e siderurgia, petroquímica, extração mineral, e borrachas, máquinas); c) Serviços (saneamento, transporte, telecomunicações, comunicação e informática, energia, hospedagem); d) Bens de Consumo (têxtil e vestuário, bebidas, fumo, alimentação, comércio, brinquedos e lazer, embalagens); e) Administração e Participações. Este procedimento de reagrupamento foi utilizado para diminuir a dispersão ocasionada pela grande quantidade de setores de atuação, o que inviabilizaria a análise dos dados.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

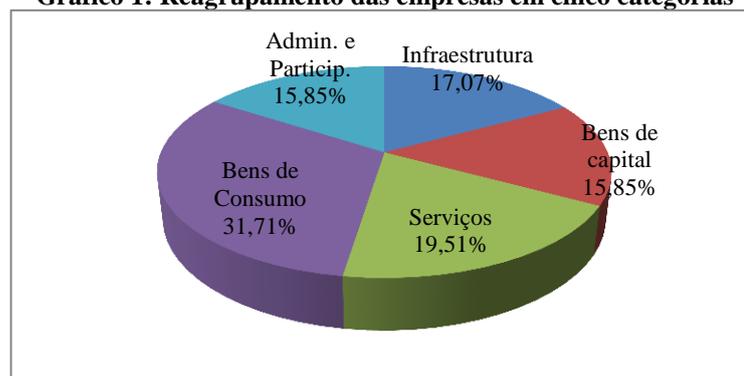
A análise da DVA pode ser realizada por meio de índices, calculados por quocientes, os quais possibilitam analisar a riqueza criada em função de diversos fatores, tais como número de empregados, faturamento, ativo total, entre outros, conforme ensina Santos (2007). De acordo com De Luca et al (2009, p. 132), estes são indicadores de geração de riqueza pois fornecem informações sobre a capacidade da empresa para gerar riqueza e “estabelecem uma integração da DVA com outras demonstrações contábeis, além de avaliar o ambiente interno da empresa”.

No entanto, o foco deste trabalho não se direciona ao cálculo destes índices. Existem outros fatores que podem e devem ser visualizados em função da distribuição da riqueza gerada pela empresa. Segundo De Luca et al (2009, p. 133), os indicadores de distribuição da riqueza evidenciam a quem e como a empresa destina a riqueza criada. Salientam ainda que este tipo de análise “possibilita comparações com a realidade de outras empresas, traduzindo para o analista a conformidade da distribuição da riqueza da empresa em relação aos mesmos indicadores de outras entidades”. Neste sentido, pretende-se realizar o estudo da distribuição da riqueza criada pelas empresas que fazem parte da amostra deste trabalho, de modo que seja possível realizar a comparação entre os diversos setores de atividades e/ou categorias.

4.1 Composição da Amostra

Conforme exposto, a amostra é composta por 82 companhias de capital aberto, sendo 14 empresas na categoria Infraestrutura, 13 empresas na categoria Bens de Capital, 16 empresas na categoria Serviços, 26 empresas na categoria Bens de Consumo e 13 empresas na categoria Administração e Participações, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1: Reagrupamento das empresas em cinco categorias



4.2 Valor Adicionado Total a Distribuir Negativo

Dentre as empresas da amostra, constatou-se que uma delas, a Indústrias Verolme-Ishibras S.A. apresentou valor adicionado total a distribuir negativo em todos os cinco exercícios financeiros. Observou-se ainda que a empresa Fiação Tecelagem São José S.A. apresentou valor adicionado total a distribuir negativo nos exercícios 2009 a 2012, que a empresa Biomm S.A. apresentou valor adicionado total a distribuir negativo nos exercícios 2010 a 2012, e que BHG S.A. - Brazil Hospitality Group e Maori S.A. apresentaram valor adicionado total a distribuir negativo nos exercícios financeiros 2008 e 2012, respectivamente.

De acordo com Santos (2007), alguns fatores podem contribuir para este fato. O autor alerta que a empresa por meio de suas próprias atividades e antes da depreciação pode gerar valor adicionado positivo. No entanto, as depreciações também representam insumos que foram ou serão pagos a terceiros e, por isso, após a contabilização destes insumos pode-se chegar a um valor negativo do valor adicionado. Outro fator que pode contribuir para a geração de valor adicionado a distribuir negativo é o valor adicionado recebido em transferência caso tenha de arcar com prejuízos gerados em suas empresas coligadas e/ou controladas. O autor demonstra que mesmo com valor adicionado líquido negativo, a empresa pode conseguir transferir riqueza para os empregados, para o governo e para os financiadores externos. Neste caso, é comum nas sociedades capitalistas os acionistas arcarem com os prejuízos.

4.3 Valor Adicionado Distribuído com Valor Igual a Zero e/ou Negativo

Analisando-se toda a amostra, observou-se que duas empresas apresentaram valor adicionado distribuído a pessoal igual a zero em todos os cinco exercícios financeiros: Indústrias Verolme-Ishibras S.A. e Maori S.A.. Observou-se ainda que a empresa Cia Cacique Café Solúvel apresentou valor adicionado distribuído a impostos, taxas e contribuições com valor negativo em todos os exercícios financeiros, e que duas outras empresas apresentaram a mesma situação no exercício 2008, duas em 2009, uma em 2011 e duas em 2012.

Quanto ao valor adicionado distribuído à remuneração de capital de terceiros, a empresa Rodobens Negócios Imobiliários S.A. apresentou valor igual a zero durante os exercícios de 2008 a 2012. Quatro empresas apresentaram valores negativos no exercício de 2009 e duas no exercício de 2011. No tocante à distribuição do valor adicionado a capital próprio, observou-se que oito empresas da amostra apresentaram valor negativo durante os

exercícios financeiros de 2008 a 2012. Observou-se ainda que dezesseis outras empresas apresentaram a mesma situação no exercício 2008, seis em 2009, dez em 2010, dezessete em 2011 e vinte e três em 2012. Este fato corrobora com os ensinamentos de Santos (2007), ao afirmar que é comum, nas sociedades capitalistas, os acionistas arcarem com eventuais prejuízos das empresas. A Tabela 1 mostra a quantidade de empresas que apresentaram VA distribuído com valor zero e/ou negativo aos diversos agentes econômicos por exercício financeiro.

Tabela 1: Quantidade de empresas que apresentaram VA distribuído com valor zero e/ou negativo

	2008	2009	2010	2011	2012
a Pessoal	2	2	2	2	2
a Impostos, Taxas e Contribuições	3	3	1	2	3
a Remuneração de Capitais de Terceiros	1	5	1	3	1
a Remuneração de Capitais Próprios	24	14	18	25	31

4.4 Máximos e Mínimos da Distribuição do Valor Adicionado

A distribuição do valor adicionado gerado por uma empresa entre os proprietários, os sócios e os acionistas, o governo, os financiadores externos e os empregados não ocorre de maneira igualitária, ou seja, a proporção que é destinada a cada um destes agentes econômicos é diferente uma das outras. Além disso, percebe-se que ocorre diferença também quando comparadas as respectivas proporções em exercícios financeiros diferentes. Estas diferenças tendem a aumentar quando são comparadas empresas com setores de atuação distintos.

Os pontos de máximo e de mínimo da distribuição do valor adicionado podem ser observados na Tabela 2. O ponto de máximo refere-se à maior porcentagem do valor adicionado distribuído a determinado agente econômico, dentre as empresas da amostra, num determinado exercício financeiro. Da mesma forma, o ponto de mínimo refere-se à menor proporção do valor adicionado distribuído a determinado agente econômico, dentre as empresas da amostra, num determinado exercício financeiro.

Tabela 2: Pontos de máximo e de mínimo da distribuição do valor adicionado de toda a amostra

VA distribuído	Percentuais	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	máximo	1175,83%	141,04%	1577,84%	189,73%	180,64%
	mínimo	-8,93%	-10,15%	-527,37%	-293,92%	-41,51%
Impostos, Taxas e Contribuições	máximo	87,83%	151,58%	9307,39%	163,82%	129,33%
	mínimo	-68,49%	-39,50%	-121,04%	-73,57%	-43,24%
Capital de Terceiros	máximo	1120,22%	251,70%	6580,44%	420,49%	212,24%
	mínimo	-313,75%	-214,66%	-534,29%	-1033,24%	-3144,92%
Capital Próprio	máximo	420,12%	326,88%	795,72%	1145,39%	3253,34%
	mínimo	-2274,72%	-341,10%	-17365,67%	-579,84%	-373,12%
Outros	máximo	11,60%	42,32%	13,84%	11,66%	13,59%
	mínimo	-49,77%	-0,40%	0,00%	-26,44%	-66,77%

É necessário ressaltar que os pontos de máximo e de mínimo não fazem referência, necessariamente, a uma mesma empresa e muito menos a um único setor de atuação. A Tabela 2 é apresentada com a finalidade de mostrar que o valor adicionado gerado pelas empresas pode ser distribuído de maneira bastante diferente entre os agentes econômicos e que esta diferença se apresenta entre os exercícios financeiros distintos e entre os diversos setores de atividades.

Desta forma, tomando o exercício 2012 como exemplo, pode-se obter as seguintes informações: os pontos de máximos distribuídos a pessoal, governo (impostos, taxas e contribuições), capital de terceiro e capital próprio foram 180,64%, 129,33%, 212,24%, 3253,34%, respectivamente. Estes pontos de máximo são de empresas das categorias: serviços, infraestrutura, infraestrutura e bens de capital, respectivamente.

De outra forma, pode-se dizer, por exemplo, que dentre as empresas que compõem a amostra deste trabalho, no exercício financeiro de 2012, o máximo que uma empresa distribuiu ao governo foi 129,33% do seu valor adicionado total a distribuir, e que esta empresa pertence à categoria infraestrutura.

Faz-se necessário observar com bastante cuidado a Tabela 2, a fim de não sejam feitas inferências incorretas. Em alguns casos, as empresas não conseguiram gerar riqueza suficiente para remunerar seus sócios e/ou empregados e/ou governo e/ou financiadores externos. Neste caso, conforme já tratado anteriormente, é comum nas sociedades capitalistas, os sócios/acionistas arcarem com eventuais prejuízos das empresas.

Observa-se, neste sentido, que todos os pontos de mínimo do valor adicionado distribuído a pessoal foram encontrados em empresas que apresentaram valor adicionado a distribuir negativo. No entanto, cabe destacar que isto não significa que as empresas distribuíram valores negativos aos empregados.

Tomando como exemplo o exercício de 2010, em que o ponto de mínimo da distribuição do valor adicionado a pessoal foi de -527,37%, com o apoio de informações adicionais, pode-se traçar a seguinte descrição: a empresa Bioom S.A., listada na categoria bens de consumo, apresentou -R\$537.000,00 de valor adicionado total a distribuir. Ainda assim, a empresa distribuiu R\$2.832.000,00 a pessoal, R\$650.000,00 ao governo e R\$254.000,00 aos financiadores externos. Evidentemente, teve de recorrer aos capitais próprios com o valor de R\$4.273.000,00 para suportar tal situação.

Os pontos de máximo também devem ser observados com cautela, tendo-se em vista que existem pontos de máximos com valores percentuais muito elevados, como por exemplo, o ponto de máximo distribuído ao governo no exercício financeiro de 2010, no valor de

9307,39%. Este ponto de máximo pertence à Manufatura de Brinquedos Estrela S.A., empresa da categoria bens de consumo. Adicionando-se informações complementares, faz-se necessário informar que esta empresa apresentou R\$501.000,00 de valor adicionado total a distribuir no referido exercício. No entanto, distribuiu R\$7.905.000 a pessoal, R\$46.630.000,00 ao governo (impostos, taxas e contribuições) e 32.968.000,00 aos financiadores externos. Salienta-se que, mais uma vez, o capital próprio arcou com R\$87.002.000,00 para suportar esta situação. Esta inferência pode ser confirmada pelo fato de que a mesma empresa foi responsável pelo ponto de mínimo na distribuição de valor adicionado a capitais próprios, com valor igual a -17365,67%.

4.5 Distribuição do valor adicionado

Santos (2007, p.229) aponta que os resultados da análise da DVA podem ser comparados entre diferentes setores. No entanto, o autor alerta que, ao realizar as análises comparativas, deve-se considerar as especificidades de cada setor. Deste modo, o autor apresenta exemplo ao afirmar que “os setores onde são necessários grandes investimentos em máquinas e equipamentos e haja grande índice de automação terão quocientes de produtividade diferentes daqueles onde é maior a utilização de mão-de-obra”.

A Tabela 3 consiste numa comparação da distribuição do valor adicionado entre os agentes econômicos, considerando toda a amostra e suas respectivas categorias.

Tabela 3: Comparação entre as médias das porcentagens do valor adicionado distribuído

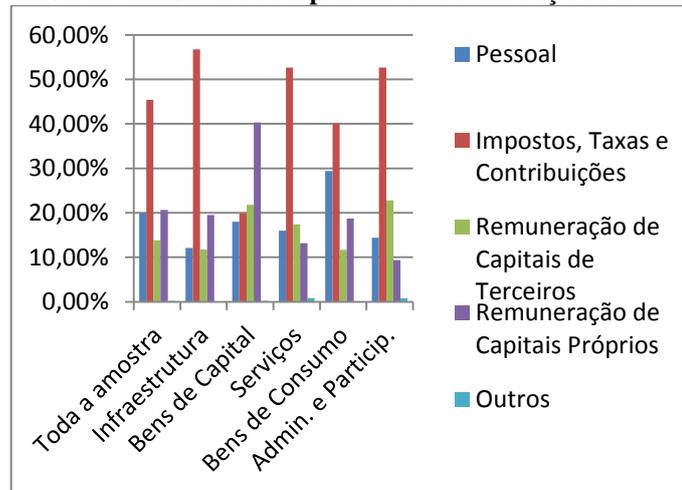
VA distribuído	categoria	categoria	categoria	categoria	categoria	categoria
	Toda a amostra	Infraestrutura	Bens de Capital	Serviços	Bens de Consumo	Admin. e Particip.
Pessoal	19,99%	12,09%	17,95%	15,98%	29,41%	14,41%
Impostos, Taxas. e Cont.	45,40%	56,73%	19,84%	52,67%	40,07%	52,64%
Capital de Terceiro	13,81%	11,70%	21,80%	17,41%	11,68%	22,81%
Capital Próprio	20,64%	19,47%	40,27%	13,14%	18,71%	9,36%
Outros	0,16%	0,01%	0,15%	0,80%	0,13%	0,78%

Os valores apresentados na tabela acima foram calculados considerando-se a média dos cinco exercícios financeiros. Inicialmente, calculou-se o somatório do valor adicionado total a distribuir de todas as empresas, separadamente por categorias, em cada um dos exercícios financeiros. Posteriormente, calculou-se o somatório dos valores distribuídos aos diversos agentes econômicos, separadamente por categorias, em cada um dos exercícios financeiros. Calculou-se, então, os quocientes entre os valores do segundo somatório e o valor do primeiro somatório, separadamente por categorias, em cada um dos exercícios financeiros. Encontrou-se, deste modo, a porcentagem do valor adicionado total a distribuir que foi

distribuído a cada um dos agentes econômicos em cada um dos cinco exercícios financeiros. Após todo este procedimento, calculou-se a média entre as porcentagens distribuídas nos cinco exercícios financeiros a cada um dos agentes econômicos.

O Gráfico 2 ilustra os dados apresentados na Tabela 3, em que é feita uma comparação da distribuição do valor adicionado considerando-se as diversas categorias de atividades das empresas. Observa-se que, considerando-se toda a amostra, a distribuição do valor adicionado é diferente da distribuição quando se considera cada uma das diversas categorias de atividades.

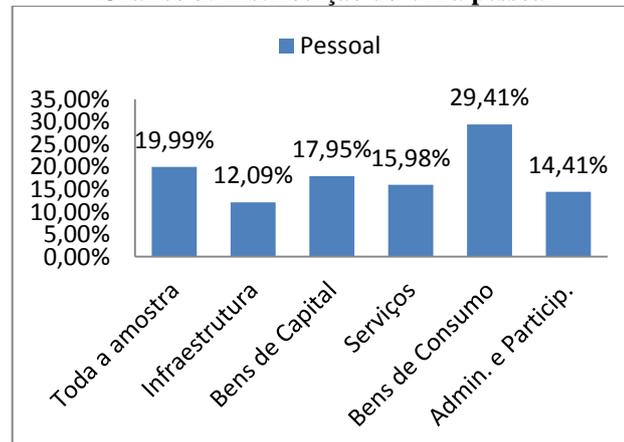
Gráfico 2: Gráfico comparativo da distribuição do VA



A fim de melhorar a análise dos dados contidos na Tabela 3, será apresentada a análise, em separado, da distribuição do valor adicionado a cada um dos agentes econômicos, conforme se pode visualizar nos Gráficos 3, 4, 5, 6.

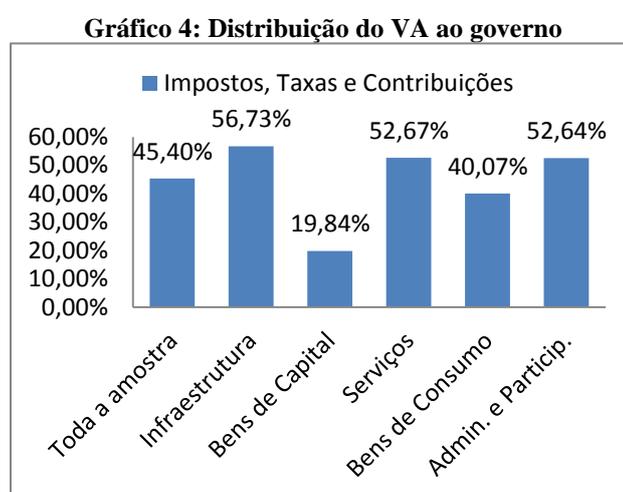
Constata-se, por meio do Gráfico 3, que as empresas da categoria bens de consumo são as que endereçam maior parcela do valor adicionado total a distribuir aos seus empregados: 29,41%. As que distribuem menor valor adicionado aos empregados são as que pertencem à categoria infraestrutura, com apenas 12,09% do VA.

Gráfico 3: Distribuição do VA a pessoal



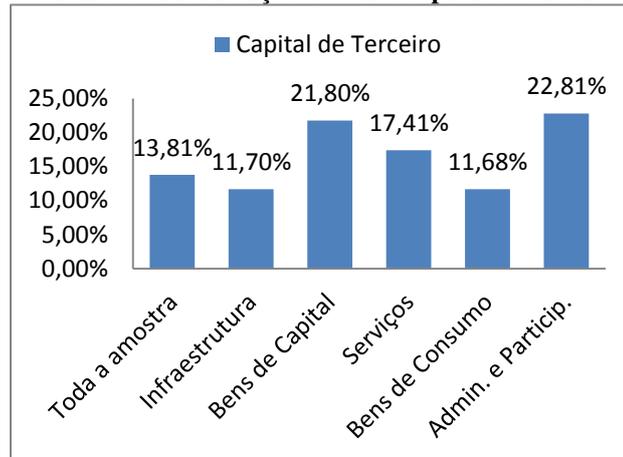
Santos (2007) assevera que a informação sobre a participação dos empregados no valor agregado pode contribuir para a indicação de soluções para as discussões sobre remuneração do pessoal entre sindicatos de trabalhadores ou empregados e sindicatos patronais ou empregadores.

Faz-se necessário chamar a atenção para a participação do governo no valor adicionado gerado pelas empresas através dos impostos, taxas e contribuições, conforme apresentando no Gráfico 4. As empresas pertencentes à categoria de atividade infraestrutura direcionam 56,73% do seu valor adicionado a tributos, enquanto as empresas de bens de capital distribuem 19,84% do seu valor adicionado ao governo em forma de tributos.

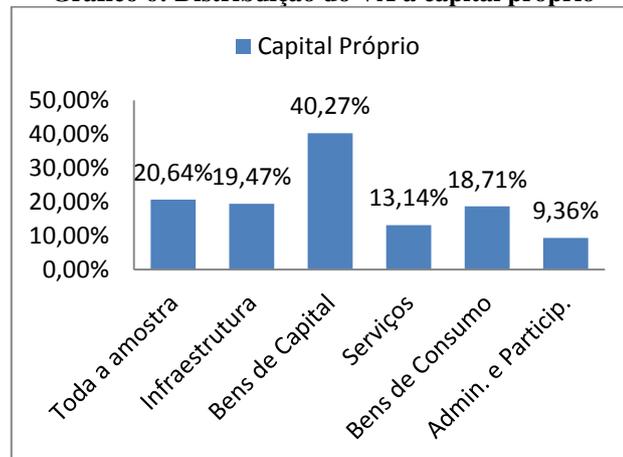


Observa-se que este indicador possibilita a inferência sobre a carga tributária imposta às empresas, de acordo com a categoria de atividade a que pertence. De outro modo, De Luca et al (2009), destaca que o quociente entre gastos com tributos e o valor adicionado revela a contribuição da empresa à sociedade, ou seja, o quanto a empresa participa na realização de obras, manutenção de serviços sociais e outros com o recolhimento de tributos. Santos (2007) aponta a importância desta informação, uma vez que o conhecimento destas cargas tributárias pode ser considerado mais um instrumento de auxílio à tomada de determinadas decisões, como escolhas de áreas geográficas ou setores da economia que podem ser beneficiados com reduções e/ou isenções de tributos.

Pode-se inferir, por meio do Gráfico 5, que as empresas de administração e participações destinam 22,81% da riqueza gerada aos financiadores externos, sob a forma de juros e aluguéis, *royalties*, franquias e direitos autorais. Já as empresas de bens de consumo são as que destinaram a menor porcentagem do valor adicionado à remuneração de capital de terceiros, seguidas bem de perto pelas empresas de infraestrutura, com 11,68% e 11,70%, respectivamente.

Gráfico 5: Distribuição do VA a capital de terceiro

A distribuição do valor adicionado a capital próprio pode ser observado no Gráfico 6. Percebe-se que as empresas pertencentes à categoria de atividade bens de capital distribuem 40,27% da riqueza gerada aos sócios/acionistas em forma de dividendos e juros sobre os capitais próprios, enquanto as empresas de administração e participação distribuem apenas 9,36% da riqueza criada a capitais próprios.

Gráfico 6: Distribuição do VA a capital próprio

De acordo com De Luca et al (2009, p.135), a participação dos capitais próprios no valor adicionado “inclui também o valor relativo ao lucro do exercício que foi destinado às reservas. A ocorrência de prejuízos reduz a remuneração dos capitais próprios, e, conseqüentemente, sua participação no valor adicionado”. Santos (2007, p. 230) aponta que “os valores apresentados por este quociente podem constituir-se num excelente medidor que indicará a evolução e tendência da forma como as riquezas criadas pelas empresas são distribuídas aos portadores de suas cotas ou ações”.

4.6 Análise Horizontal por Categoria de Atividades

Segundo Marion (2009), a análise horizontal (sequência de períodos) permite observar a tendência de distribuição da riqueza gerada pela empresa. Este estudo será realizado por ramos de atividades, de modo que seja possível verificar o comportamento da distribuição do valor adicionado nos exercícios financeiros de 2008 a 2012.

A Tabela 4 mostra o comportamento das empresas de Infraestrutura. Observa-se que houve um ligeiro aumento, não linear, na destinação do valor adicionado a pessoal durante o período, partindo de 10,61% em 2008 e chegando a 13,76% em 2012. A destinação do VA a remuneração a capitais próprios apresentou leve alta no exercício financeiro de 2009 em relação ao de 2008. No entanto, considerando todo o período, houve forte declínio, partindo de 21,76% em 2008 e chegando a 11,09% em 2012. A riqueza gerada distribuída aos impostos, taxas e contribuições apresentou uma pequena variação durante o período, ficando entre 55,14% e 59,34%. Houve acentuado aumento, não linear, na destinação do valor adicionado à remuneração de capitais de terceiros durante o período, partindo de 8,29% em 2008 e chegando a 18,66% em 2012.

Tabela 4: Empresas de Infraestrutura

	Distribuição do Valor Adicionado				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	10,61%	11,87%	12,20%	12,01%	13,76%
Impostos, Taxas e Contribuições	59,34%	56,17%	55,14%	56,52%	56,48%
Remuneração de Capitais de Terceiros	8,29%	8,11%	9,66%	13,79%	18,66%
Remuneração de Capitais Próprios	21,76%	23,83%	23,00%	17,67%	11,09%
Outros	0,00%	0,02%	0,01%	0,01%	0,00%

Por meio da Tabela 5 é possível observar o comportamento da distribuição da riqueza criada pelas empresas de Bens de Capital.

Tabela 5: Empresas de Bens de Capital

	Distribuição do Valor Adicionado				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	13,51%	24,75%	12,48%	12,47%	26,52%
Impostos, Taxas e Contribuições	8,98%	31,82%	21,37%	19,78%	17,23%
Remuneração de Capitais de Terceiros	38,52%	0,71%	12,11%	19,15%	38,49%
Remuneração de Capitais Próprios	38,99%	42,71%	54,05%	48,52%	17,07%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,07%	0,69%

Observa-se que para as empresas de Bens de Capital, a distribuição do VA à remuneração de capitais próprios sofreu aumento de 2008 para 2010 e redução de 2010 para 2012, apresentando, desta forma, maior distribuição aos sócios/acionistas em 2010, com 54,05% do valor adicionado total a distribuir. Observa-se também que no exercício de 2008

houve a menor destinação da riqueza criada a impostos, taxas e contribuições, com 8,98% e que, em 2008, houve a máxima destinação, com 31,82% do VA. No tocante à distribuição a capitais de terceiros, destaca-se o exercício de 2009, com a menor participação no valor adicionado, com apenas 0,71%. A participação dos funcionários na riqueza criada variou entre 12,48% e 26,52% durante o período.

A Tabela 6 apresenta a distribuição do VA das empresas de Serviços. Nota-se que distribuição a impostos, taxas e contribuições apresentou menor índice no exercício financeiro de 2010 enquanto o maior índice ocorreu em 2009, com 49,84% e 54,56% do VA, respectivamente. A parte do VA destinada a pessoal não sofreu acentuadas mudanças, variando entre 14,08% e 16,72% durante o período. A distribuição à remuneração de capitais próprios sofreu maior variação entre os exercícios 2009 e 2010. A distribuição a capitais de terceiros caiu de 21,62%, em 2008, para 12,51%, em 2009. No entanto, a partir de 2009, houve aumento da destinação do VA a estes agentes econômicos, atingindo 19,86% em 2012.

Tabela 6: Empresas de Serviços

	Distribuição do Valor Adicionado				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	14,08%	16,58%	16,72%	16,55%	15,98%
Impostos, Taxas e Contribuições	54,28%	54,56%	49,84%	51,68%	52,99%
Remuneração de Capitais de Terceiros	21,62%	12,51%	14,78%	18,29%	19,86%
Remuneração de Capitais Próprios	13,13%	10,82%	16,61%	13,77%	11,38%
Outros	-3,11%	5,54%	2,05%	-0,29%	-0,21%

A Tabela 7 trata da distribuição do valor adicionado das empresas listadas na categoria Bens de Consumo. Pode-se observar que a remuneração a capitais próprios variou entre 17,09% e 20,84% durante o período. Constata-se que no exercício de 2010 houve menor destinação ao governo, com 35,03% do VA e que, no mesmo exercício, houve a maior distribuição a pessoal: 32,23% do valor adicionado total a distribuir.

Tabela 7: Empresas de Bens de Consumo

	Distribuição do Valor Adicionado				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	27,58%	29,07%	32,23%	29,06%	29,11%
Impostos, Taxas e Contribuições	41,87%	44,26%	35,03%	38,05%	41,14%
Remuneração de Capitais de Terceiros	9,94%	8,96%	11,80%	15,13%	12,56%
Remuneração de Capitais Próprios	20,49%	17,46%	20,84%	17,66%	17,09%
Outros	0,11%	0,25%	0,09%	0,09%	0,10%

A Tabela 8 mostra a distribuição do VA realizada pelas empresas de Administração e Participações. No exercício 2008 houve a maior destinação a pessoal, com 18,96% do VA. No mesmo exercício, houve a menor participação do governo no VA das empresas, com 49,42%.

Tabela 8: Empresas de Administração e Participações

	Distribuição do Valor Adicionado				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal	12,66%	11,69%	13,48%	15,27%	18,96%
Impostos, Taxas e Contribuições	55,76%	51,71%	56,08%	50,23%	49,42%
Remuneração de Capitais de Terceiros	22,42%	19,09%	22,16%	24,08%	26,31%
Remuneração de Capitais Próprios	9,08%	16,66%	7,42%	9,46%	4,17%
Outros	0,08%	0,84%	0,87%	0,96%	1,14%

Observa-se que as empresas de Administração e Participações apresentaram grande variação na distribuição do VA a capitais próprios durante o período em análise, com índices entre 4,17% e 16,66%. A parte do valor adicionado distribuído a capitais de terceiros sofreu leve queda do exercício de 2008 para 2009. No entanto, houve aumento a partir de 2009, chegando a 26,31% do VA em 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo sobre a capacidade informacional que a DVA pode proporcionar, torna-se perceptível sua imprescindibilidade no tocante à elaboração e publicação desta demonstração contábil.

Torna-se notável a relevância das informações que podem ser obtidas através da análise da DVA quanto ao aspecto social desempenhado pelas empresas, no que tange à distribuição da riqueza gerada por elas. Faz-se necessário apontar que, em conjunto com outras demonstrações financeiras, pode permitir uma análise da distribuição do valor adicionado um tanto mais diversificada da realizada neste trabalho. Isto pode, inclusive, ser objeto de outras pesquisas nesta área.

De todo modo, este trabalho alcançou o objetivo proposto, evidenciando a capacidade informacional da DVA, apontando a relevância social das informações contidas na DVA, tal como servir de fonte de informação e/ou mesmo de parâmetro para acordos trabalhistas entre patrões e empregados em disputas por aumentos de salários e benefícios. Essa análise pode ser realizada observando-se o quanto do valor adicionado gerado pela empresa é distribuído a pessoal, ou seja, remuneração direta de empregados, FGTS, benefícios, etc.

Da mesma forma, a relevância social das informações contidas na DVA pode ser observada quando a análise do valor adicionado gerado pela empresa e da parte que é distribuída ao governo por meio de pagamento de impostos, taxas e contribuições leva à conclusão da carga tributária imposta às empresas. Esta análise pode propiciar o desenvolvimento de políticas tributárias que fomentam a produção e o consumo de determinados bens, reduzindo alíquotas ou propondo isenção de tributos para determinadas linhas de produção, desonerando desta forma, o setor produtivo. Vale lembrar que, recentemente, o governo federal utilizou tal estratégia com a finalidade de incentivar o consumo de produtos chamados “linha branca” e de automóveis, concedendo isenção e ou reduzindo a alíquota de IPI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. S. de et al. A utilização da Demonstração do Valor Adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobras. **Revista de Informação Contábil - RIC**, vol. 3, n. 7, p.134-148, jan-mar/2009.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

BRASIL, **Lei n. 11.638** de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.o 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. República Federativa do Brasil. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 02 de novembro de 2012.

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, n. 2, p. 199-218, out-dez/2007.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7-29, outubro/2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC-09. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br> >. Acesso em 02 de novembro de 2012.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração do Valor Adicionado – DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. Dissertação (Mestrado em Controladoria). São Paulo, Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2002.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan-abr/2005.

_____. **Consulta de Documentos de Companhias Abertas**. Disponível em < <http://www.cvm.gov.br> >. Acesso em 01 de maio de 2013.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes et al. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Esmael Almeida et al. Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 50, p. 110-122, maio-agosto/2009.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias das demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 36, p. 7-20, set-dez/2004.

PONTE, Vera Maria Rodrigues et al. Análise das práticas de evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas nas demonstrações contábeis das sociedades anônimas no Brasil: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005*. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 45, p. 50-62, set-dez/2007.

RODRIGUES, Fernanda Fernandes. **Fatores determinantes da evolução das informações divulgadas no relatório da administração das empresas brasileiras de capital aberto**. Tese (Doutorado). Brasília, Universidade de Brasília, 2012.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. DVA: vantagens e limitações de seu uso como instrumento de avaliação da estratégia social corporativa. **Revista del Instituto Internacional de Costos**, n. 1, p. 116-140, jan-jun/2007.

WELTER, Elisa; OBERGER, Rosimeri; VANZELLA, Cezar Roberto. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA: um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul-dez/2005.